

Para 72%, arma não amplia segurança, diz Datafolha



O presidente Jair Bolsonaro participa de manifestação na avenida Paulista, em São Paulo Danilo Verpa - Zset21/Folhapress

# 7 em cada 10 rejeitam ideia de que armas trazem segurança

Segundo Datafolha, maioria dos brasileiros discorda de Bolsonaro sobre o tema

Fernanda Mena

SÃO PAULO A maioria dos brasileiros rejeita as ideias do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre armas no país. Segundo pesquisa Datafolha, 7 a cada 10 entrevistados, em média, se contrapõem a políticas que favoreçam o armamento da população, ao entendimento de que mais pessoas armadas tornam a sociedade mais segura e também a uma frase do presidente: "O povo armado jamais será escravizado".

Segundo o levantamento, 72% discordam da frase "a sociedade seria mais segura se as pessoas andassem armadas para se proteger da violência". O percentual de discordância é maior entre mulheres (78%) e pessoas que se autodeclararam pretas (78%) e entre quem tem menor faixa de renda, de até dois salários mínimos (75%).

Entre os grupos que concordam com essa relação entre porte de armas de fogo e maior proteção contra a violência estão brasileiros do sexo masculino (32%), da região Norte (33%) e com renda familiar de mais de dez salários mínimos (37%).

A pesquisa ouviu 2.556 pessoas de 181 municípios do país nos dias 25 e 26 de maio. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Também 7 a cada 10 entrevistados (71%) di-

zem discordar da ideia de que "é preciso facilitar o acesso de pessoas às armas". Essa proporção é maior entre mulheres (77%) e pessoas que se autodeclararam pretas (78%), mais uma vez, e entre jovens de 16 a 24 anos (75%).

Os grupos que mais concordam com a facilitação do acesso a armas são, novamente, homens (35%), pessoas da região Norte (34%) e aqueles com renda superior a dez salários mínimos (37%).

Já a rejeição à frase proferida pelo atual presidente da República desde 2020 — "o povo armado jamais será escravizado" — é da ordem de 69% dos brasileiros entrevistados na pesquisa. Ela é maior entre mulheres (73%), no Sudeste (73%) e entre pessoas autodeclaradas pretas (73%).

Por outro lado, estão de acordo com a declaração 28% dos brasileiros, percentual que é maior na região Nordeste (42%), entre pessoas com renda superior a dez salários mínimos (41%) e entre empresários (52%).

Em 2020, o Datafolha fez a mesma pergunta sobre a frase do presidente em levantamento feito por telefone por causa da pandemia: 72% discordavam e 24% concordavam com ela.

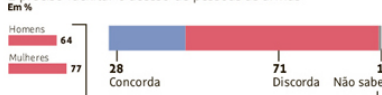
Segundo Melina Risso, diretora de pesquisa do Instituto Igarapé, "os resultados apontam que a população brasilei-

## Armas no Brasil

A sociedade brasileira seria mais segura se as pessoas andassem armadas para se proteger da violência



## É preciso facilitar o acesso de pessoas às armas



## O povo armado jamais será escravizado



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada a partir de 2.556 entrevistas feitas nos dias 25 e 26 de maio em 181 municípios do país. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

Essa lenda de que o debate não é sobre armas, mas sobre liberdade, não pegou. É uma discussão de nicho, fechada num grupo muito específico

Melina Risso  
diretora de pesquisa do Instituto Igarapé

ra é contra a flexibilização no acesso a armas e não acredita que elas funcionem como instrumento de defesa nem de segurança, o que é consistente com achados anteriores".

"A população brasileira não é pró-armas, apesar da intencionalidade da mais alta liderança do país, que faz as vezes de um garoto-propaganda de armas no Brasil", afirma ela, para quem a relação entre armas e liberdade, presente na fala do presidente sobre um povo escravizado, não faz sentido por aqui.

"Essa lenda de que o debate não é sobre armas, mas sobre liberdade, não pegou. É uma discussão de nicho, fechada num grupo muito específico".

Para o delegado Gustavo Mesquita, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, ainda que 7 a cada 10 brasileiros sejam contrários ao armamento, "esses 3 a cada 10 que são favoráveis precisam ter seu direito individual respeitado".

"O armamento civil não pode substituir o dever do Estado de prestar a segurança pública. Mas, diante da incapacidade de governantes em fornecer ao cidadão uma segurança eficaz, se reforça o direito desse cidadão de poder ter uma arma de fogo, caso entenda adequado e diante do preenchimento dos requisitos técnicos, legais e psicológicos", defende.

Para o sociólogo Claudio Beato, coordenador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), essa noção é muito presente nos Estados Unidos, com trágicas consequências. "Lá, todo mundo tem direito a comprar arma, e é impressionante o número de mortes por tiros em massa, como o que aconteceu recentemente numa escola infantil do Texas."

Ele se refere ao massacre em Uvalde, em que um jovem armado de 18 anos matou 19 crianças e duas professoras. A tragédia reacendeu o debate sobre controle de armas nos EUA, onde foram reportados mais de 200 ataques do tipo só em 2022, segundo o grupo de pesquisas Gun Violence Archives.

"A indústria armamentista está ficando muito forte aqui e Bolsonaro está a serviço do lobby de armas", diz Beato, para quem as armas podem ser necessárias em contextos específicos. "Quem mora no meio do mato, numa fazenda ou no meio da floresta, onde não tem o 190 para telefonar e chamar a polícia, poderia ter armas. Mas isso não se justifica no meio urbano", avalia.

O Brasil vive um aumento do acesso às armas de fogo desde que o presidente editou decretos que flexibilizaram a posse e o controle de armas, a par-

tir de janeiro de 2019. Os efeitos foram imediatos. Em 2019 e 2020, foram registradas pela Polícia Federal, em média, 387 armas por dia no país.

Ainda que a intenção de quem compra uma arma de fogo seja proteger a família, evidências científicas sugerem que o resultado pode ser o contrário.

Estudos apontam que a presença de armas em casa está estatisticamente mais vinculada ao aumento de riscos do que a possíveis benefícios, podendo elevar as chances de suicídios, de acidentes fatais com crianças e de uma mulher ser morta por um parceiro violento.

Para Carolina Ricardo, diretora executiva do Instituto Sou da Paz (ISP), o feminicídio é uma das chaves para a compreensão da discrepância entre homens e mulheres sobre o tema armas, apontada pelo Datafolha.

"As mulheres são em geral contrárias ao acesso à arma, seja porque são vítimas de violência doméstica com arma de fogo, seja porque muitas delas são mães e temem perder um filho para a violência armada — ou já o perderam".

"As mulheres têm noção maior dos riscos da proliferação de armas de fogo na sociedade. Elas pensam no perigo da presença de armas numa balada ou no trânsito, por exemplo."

Melina Risso, do Igarapé, vê motivos semelhantes para a maior discordância de pessoas pobres e pretas das afirmações pró-armas. "Os recortes de raça e de renda podem indicar, quanto maior a proximidade do problema da violência, mais as pessoas compreendem que a arma não traz segurança", diz. "Quem está sofrendo as consequências da violência na pele tende a rejeitar as armas como solução", completa.

Já a maior concordância com políticas pró-armas entre pessoas com renda acima de dez salários mínimos, avaliam os especialistas, pode derivar tanto do preço dos armamentos, o que os restringe a um público de classe alta, como das dinâmicas de medo, que, numa sociedade tão desigual como a brasileira, tende a ser maior entre os mais ricos.

Para o delegado Mesquita, o porte de armas é "uma decisão que envolve um bônus e um ônus". "O bônus é se proteger diante da situação concreta, caso assim entenda necessário. O ônus é o treinamento constante, a responsabilidade e a maior chance de ser agredido caso resolva atuar numa situação concreta", afirma.

"Defendo que a reprimenda do Estado diante do mau uso de uma arma de fogo seja proporcional ao direito do cidadão", completa.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1